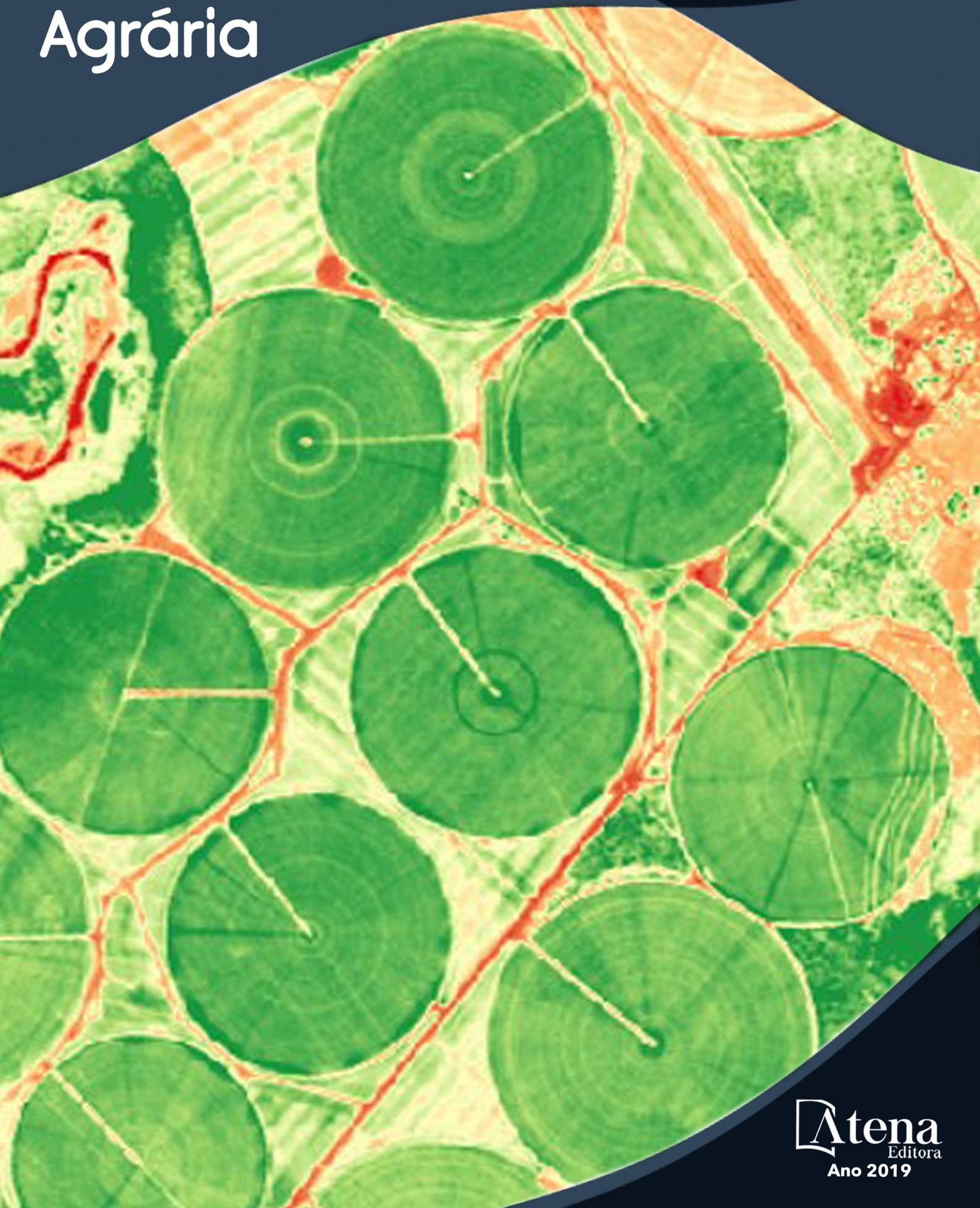


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506  1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 630.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

*longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie".* Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>164</b>



## A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

**Monica Martins Barbosa**

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro, RJ

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta aspectos das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, após a implantação do Arco Metropolitano. Levanta o atual panorama da agricultura num processo de desruralização e sua resistência na dinâmica de re-ruralização com a manutenção ou introdução de novas estratégias. O estudo apresenta um debate teórico-metodológico acerca do desenvolvimento territorial do Município, da instauração do processo de metropolização e da reestruturação do território rural com a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. O desenvolvimento deste trabalho conta com a importante fala dos principais atores desse processo, os pequenos agricultores, que ratificam como essas dinâmicas vem delineando esse território, suas forças articuladoras e como vem se desmodelando o desenvolvimento rural do Município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metropolização, Desruralização, Arco Metropolitano.

THE RESTRUCTURING OF THE AGRARIAN TERRITORY OF NOVA IGUAÇU AFTER THE

IMPLANTATION OF THE METROPOLITAN ARCH.

**ABSTRACT:** This paper presents aspects of rural areas of the city of Nova Iguaçu in Rio de Janeiro, after the deployment of metropolitan arch. Raises the current context of agriculture in a process desruralization and its resistance in the dynamics of re-ruralization with the maintenance or introduction of new strategies. The study presents a debate theoretical and methodological about the territorial development of the municipality, the establishment of the process of metropolization and restructuring of rural areas with the deployment of metropolitan arch of Rio de Janeiro. The development of this work relies on the important speech of the main actors this process, small farmers, quiche ratify how these dynamic comes outlining this territory, their articulating forces and how has been un-modeling rural development of the municipality.

**KEYWORDS:** Metropolization, Desruralization, Metrpolitan Arch

### 1 | INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento do território brasileiro reafirma as elites econômicas que buscam se modernizar de forma conservadora e deixam as demais faces

da população brasileira isoladas. No espaço rural não há diferença dessa aplicação. A indissociabilidade Estado/interesses hegemônicos é característica preponderante no desenvolvimento territorial, seja ele urbano ou rural. Nesse sentido, o estudo da agricultura em espaços que pressupõe expansão urbana recobra a dicotomia do uso e exploração da terra. O conflito de interesses marca o processo de desenvolvimento socioespacial demonstrando a resistência da agricultura frente à dinâmica de desruralização do território, e sua forma de buscar manutenção e/ou novas estratégias com a finalidade de re-ruralização. A partir dessa dualidade desruralização x re-ruralização, a opção por investigar o processo de reestruturação do território agrário se justifica.

O trabalho tem como análise o atual processo de reestruturação territorial das zonas rurais de Nova Iguaçu, a partir da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, tomando como objeto de investigação o processo de desruralização do espaço agrário e a resistência dos atores envolvidos em toda essa dinâmica.

Originalmente a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial voltado ao viés agrário, serviu de passagem e escoamento de produção açucareira e mineral através do seu principal rio, o Rio Iguaçu. Em um segundo momento, Nova Iguaçu, surge como um importante produtor e exportador de cítricos. Ao longo das décadas, o Município se alinha horizontalmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se tornando uma extensão desse território. Mesmo com o histórico processo de urbanização e de metropolização de Nova Iguaçu, podemos dizer que a agricultura é parte fundamental da dinâmica socioespacial. Além do viés econômico, algumas áreas estabelecidas como Zonas Rurais pela Prefeitura local são consideradas zonas de amortecimento, já que se encontram no enclave próximo a APA do Tinguá, funcionando como um cinturão para atenuar impactos ambientais e crescimento urbano sobre tal reserva. Sendo assim, cabe dizer que tais zonas cumprem um duplo papel: o de fomentar sustentavelmente a economia rural local e proteger a reserva ambiental.

Para análise dessa reestruturação temos numa primeira etapa da metodologia constituída principalmente de um levantamento de referenciais teóricos sobre a Baixada Fluminense, seus dados históricos e principalmente os que tratam do seu espaço agrário. Desta maneira, pôde ser definida a área de estudo da pesquisa, priorizando suas zonas rurais reconhecidas pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Foram utilizados dados levantados junto a entidades como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Prefeitura Local. Outros importantes dados foram levantados a partir da fala dos principais atores envolvidos no processo, os agricultores familiares e os Planos Diretores do Município e do Arco, além de pesquisas de campo. Com isso se pôde verificar que o processo de implantação da grande infraestrutura faz parte de um processo hegemônico recorrente neste território com suas associações diretas: a especulação imobiliária, expropriação

e exploração onde são desprezados e negligenciados interesses de pequenos grupos em prol do grande capital.

## 2 | USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE NOVA IGUAÇU E SUA DICOTOMIA

Desde o início da história do desenvolvimento territorial brasileiro, somente uma parcela da população é vislumbrada pelo Estado. Esse desdobramento econômico sociocultural é notório até a contemporaneidade e essa dicotomia é afirmada em um projeto que tende a desconsiderar o grave quadro de desigualdade social do país. O desenvolvimento do território é um processo multifacetado, que integra diversas transformações de nível estrutural e diversas interações sociais que visam à ampliação de possibilidades para a sociedade, sendo substancial que essa dinâmica se encaixe em diversas áreas (produtiva, tecnológica, social e etc.) e em varias escalas (global, nacional, regional e territorial).

De acordo com Lencione (2008, pág. 45), no sudeste, as metrópoles se expandiram e fizeram com que grande parte da população, aquela que não foi favorecida pelo capital hegemônico, lutasse para assegurar suas necessidades habitacionais. Para tal, o crescimento de loteamentos clandestinos e favelas deram ênfase ao mercado de terras, seja de maneira formal ou informal. Ainda de acordo com a autora, na década de 1980, “o poder de grandes grupos econômicos ao submeterem, como nunca antes, o poder do Estado-Nação, emerge com força hegemônica na estruturação do território.” e como sintetiza bem, é a “reestruturação de algumas e a marginalização de outras” (2008, pág. 46).

Atualmente vivemos um contexto de metropolização nas grandes cidades e suas extensões, que reproduzem o mesmo processo, em uma espécie de continuidade. Esse processo para Lencione é a territorialização do capital, marcando um momento posterior ao processo de urbanização e produzindo um novo tipo de metrópole. Nesse contexto, a Baixada se formou sobre os alicerces de interesses hegemônicos sofrendo diversas transformações econômicas e sociais ao longo de sua historia, vinculada ao papel que exercia em cada contexto e momento histórico. A ocupação desse território esta intimamente ligada à constituição da Cidade do Rio de Janeiro, que favoreceu a ocupação do território ao entorno da Baía de Guanabara.

O processo de constituição da Baixada como região periférica, vem desde um espaço predominantemente agrário voltado à exportação, passando por uma dinâmica de industrialização com apoio Estatal que traz como frutos a valorização de terras e especulação imobiliária e conseqüentemente a metropolização. A região mesmo tendo sido marcada pela subordinação à elites econômicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), precisa ser compreendida não somente pelas grandes desigualdades socioeconômicas e espaciais, mas também como um desdobramento da Metrópole do Rio de Janeiro: uma Região Periférica de grande suporte, sem a qual

a RMRJ não teria tamanha importância. Com toda essa continuidade, a ocupação e o uso do território se fez de maneira assimétrica, sobrepujando interesses hegemônicos e se expandindo junto às desigualdades sociais, fazendo com que a dicotomia da ocupação do território se intensifique cada vez mais.

Nas décadas iniciais do século XX, Nova Iguaçu foi um produtor de cana-de-açúcar, café e por volta da década de 1920 um importante produtor de cítricos. Já na década de 1930, foi um grande produtor e exportador de laranja, correspondendo a 22% de área destinada para sua produção. Nesse período a agricultura baseada na laranja faz com que Nova Iguaçu não atendesse a urbanização. A necessidade de trabalhadores e conseqüentemente a abertura de postos de trabalho trouxeram o crescimento populacional, que veio aliado à falta de investimentos em serviços básicos como saneamento, moradia, saúde, educação, entre outros e se apresentando assim de maneira desordenada. O período da laranja fez com que o governo investisse na abertura e melhoria de estradas para escoamento da produção, bem como para acesso dos moradores. A partir de 1940, o ciclo da laranja entra em declínio e a crise da citricultura afeta a economia de Nova Iguaçu desde agricultores, comerciantes, até a indústria de beneficiamento. Assim há nos anos que sucedem a década de 1950, uma Nova Iguaçu que passa a se concentrar na sua posição estratégica frente à Região Metropolitana e no processo de industrialização, que tem um beneficiamento pela facilidade do escoamento pelas rodovias que cortam o município (com destaque para rodovia Presidente Dutra BR-116, com a sua construção em 1951). Iniciou-se um desenvolvimento industrial, um esboço de obras de saneamento e conseqüentemente a valorização de terras e a especulação imobiliária surgem com força na Baixada e no município. Ainda na década de 1950 serviu como destino de imigrantes, que em busca de trabalho não tinham como arcar com as despesas de viver na cidade e foram obrigados a optar favelas ou loteamentos sem infraestrutura na distante Baixada. Esse processo de urbanização que se deu no espaço rural tornou o mesmo valoroso, ratificando a especulação imobiliária fluminense, que teve aí sua fonte principal. Com a expansão tomando proporções maiores, o fenômeno da periferização se acentuou, onde por volta da década de 1970, metrópoles como o Rio de Janeiro passam a ser vistas por um processo dualista. De um lado tem o centro e de outro estão as periferias, onde se destacam a segregação socioespacial, precarização dos serviços e desigual assistência do Estado.

A tabela abaixo mostra a evolução da população residente em Nova Iguaçu e outros municípios do Baixada Fluminense, comparando com o Estado do Rio de Janeiro e a RMRJ de 1970 a 2010, de acordo com a Fundação CEPERJ.

Regiões de Governo e municípios	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Estado	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282	15.989.929

Região Metropolitana	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255	11.835.708
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.700	5.480.768	5.857.904	6.320.446
Duque de Caxias	431.397	575.814	667.821	775.456	855.048
<b>Nova Iguaçu</b>	<b>361.339</b>	<b>536.550</b>	<b>630.384</b>	<b>754.519</b>	<b>796.257</b>

População residente, segundo as Regiões de Governo e municípios. Estado do Rio de Janeiro - 1970-2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Nova Iguaçu figura entre os quatro maiores municípios do Rio de Janeiro, tem em sua área um dos maiores polos industriais no setor de cosméticos do país e deixa de ser um simples município-dormitório. Além do desenvolvimento econômico na área urbana, Nova Iguaçu dispõe de áreas de proteção ambiental (APA do Mendanha, Reserva Biológica do Tinguá, APA do Jaceruba, Rio D'ouro e Geneciano) sendo reconhecidas nos Plano Diretor e de Desenvolvimento Sustentável. A Câmara Municipal recria a área rural (extinta em 1991) e faz com que essas áreas formem um cinturão ao redor das áreas de proteção ambiental e formem uma zona de amortecimento para o crescimento urbano.

No início do século XXI, o Rio de Janeiro passa por uma dinâmica intensa de fluxo de capitais que leva a um grande processo de investimento em infraestrutura através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o destaque desse beneficiamento, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), que para seu intrínseco funcionamento exigiu a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), uma via rápida que levasse o escoamento da produção petroquímica ao Porto de Itaguaí, passando por vários municípios (Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí) e favorecendo os municípios vizinhos a esses. A infraestrutura além de ligar o COMPERJ ao porto favoreceria os segmentos econômicos do Estado do Rio de Janeiro reduzindo gastos com transporte, redução do tempo médio de viagem e integração com as principais vias da Região Metropolitana. Nesse sentido, o AMRJ vem com o objetivo de eliminar o problema do fluxo logístico dos transportes e aumentar a dinâmica das atividades econômicas do Estado.

Essas reestruturações promoveram mudanças nas bases econômicas e se tornaram uma arena com atuação de forças de vários interesses e escalas. Nesse sentido, o capital se apropriou do território e o reestruturou a fim de obter novas territorialidades e novas dinâmicas de incremento de fluxo. Não se pode negar, que a priori os impactos seriam positivos para o Estado e principalmente para os municípios abarcados no projeto e os que indiretamente se beneficiariam, porém conforme Santos diz:

A sociedade se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geométricas, e isto ela o faz em benefícios de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço mercadoria vai aos consumidores



como uma função de seu poder de compra. (Santos, 2012, pág. 262).

Atrelado a um conjunto de políticas públicas como sugere o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura logística do Arco favoreceria não somente indústrias, mas também um setor econômico que tem tido “pouca expressão” no Município de Nova Iguaçu, mas que no passado se destacou e elevou o Município ao status de “Eldorado” do Rio de Janeiro, o setor agrário.

### **3 | A ESTRUTURA AGRÁRIA DE NOVA IGUAÇU ANTES DO ARCO METROPOLITANO**

A estrutura agrária brasileira deve ser compreendida baseada nos processos de desenvolvimento capitalista, onde acarretou na expulsão indireta da população rural com menor poder aquisitivo para regiões metropolitanas, gerando um intenso fluxo migratório. Não muito diferente da configuração dos campos brasileiros, a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial marcado por semelhantes processos e por algumas características peculiares. Para Alentejano (2005, páginas 51-52) o espaço fluminense foi organizado sob dois aspectos: o capital industrial e o imobiliário, onde o capital industrial é quem inicia o processo de metropolização e o capital imobiliário, o responsável pela especulação imobiliária e principalmente o responsável pelo êxodo da população do campo. Ainda para o autor, dois processos são peculiares na Baixada, a desruralização e a metropolização, ambos interconectados sendo os responsáveis pelo seu ordenamento territorial. Seu evidenciamento se dá, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, onde seu ponto de partida foi dado com o declínio da oligarquia cafeeira e ascensão da elite industrial.

A especulação imobiliária na Baixada Fluminense tem sua gênese nessa franja de tecido urbano, passando a servir aos interesses do capital especulativo e de acordo com Alentejano, (2005, pag. 56) “vale dizer que esse processo representa uma revalorização da Baixada, uma vez que esta área fora um importante núcleo de produção agrícola, principalmente de cana e laranja.”. Entre as décadas de 1960 e 1980 o capital agrário da baixada entra em decadência e com o apoio do Estado, os interesses hegemônicos do capital imobiliário são preponderantes marcando o processo de desruralização fluminense. Concomitante a isso, a metropolização se intensificou marcada na especulação imobiliária via loteamentos populares. O movimento desses processos não termina por aí. Em Nova Iguaçu, a metropolização iniciada no final do século XX, acentuada no século seguinte (XXI) e conseqüentemente com a verticalização do Município, acabou por não fugir a regra. Contudo, mesmo sendo marcante a desruralização, o processo de resistência por parte dos atores principais (agricultores familiares), faz com que uma inscípiente dinâmica de re-ruralização seja percebida em Nova Iguaçu e territórios vizinhos.

Uma tendência a revalorização do espaço rural surge no desenvolvimento de formas de produção alternativas e neste sentido se destacam a agricultura orgânica,

agroecologia, agricultura urbana e periurbana. Torna-se então um modelo opositor ao hegemônico homogenizador, predominante no espaço brasileiro. Esse modelo, conforme Rua explica (2006, pág. 83), tende a crescer valorizando o agricultor familiar e concede abertura a segmentos alternativos, se abrindo a novos nichos de mercado. A revitalização da agricultura com novas tendências ditada pela dinâmica capitalista, traz para Baixada Fluminense novas possibilidades, novos arranjos, além de fortalecimento na renda do agricultor familiar.

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento do turismo rural (ecológico e cultural). (Moreira, 2003, página 132 apud Ruas, 2006, pag. 87).

Em Nova Iguaçu podemos verificar ambos os modelos apresentados pelos autores Alentejano e Rua. Segundo a EMATER, as práticas de agricultura urbana e periurbana registradas no município de Nova Iguaçu, se desenvolvem em espaços, a fim de diminuir gastos com alimentação e complementação de renda. Um exemplo claro desse modelo, se localiza na faixa de dutos da Petrobras - Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos (PAF-Dutos) e na Feira da Roça Centro de Nova Iguaçu.

O PAF-Dutos foi um projeto de plantio em áreas de dutos da Petrobras na zona periurbana de Nova Iguaçu, anteriormente a implantação do Arco Metropolitano. Em 2003, se teve início no Brasil o projeto do Governo Federal Fome Zero e algumas empresas se remodelam e absorveram questões de responsabilidade social. Essas ações criaram de 2005 a 2008 o PAF-Dutos, onde o foco eram populações em situação de risco, moradoras de locais periféricos, onde passavam os dutos da Transpetro. Sob outra vertente, o projeto teve o intuito de ocupar áreas consideradas problema, uma estratégia de controle do território, diminuindo a ocupação irregular e para que os equipamentos da Petrobras fossem preservados. Indiretamente o projeto contribuiu para melhoria da qualidade de vida desses moradores. As famílias envolvidas recebiam uma bolsa de R\$100,00 mensais mais cesta básica e ainda ficavam com a renda obtida da venda dos produtos produzidos e comercializados. Com o fim do projeto uma grande quantidade de membros desistiu da continuidade das hortas, porém não foi seu fim. Com a necessidade, se configurou a cooperativa UNIVERDE, que conseguiu a concessão do espaço e passou a organizar os trabalhadores dando incentivo para a produção. Atualmente conta com um grupo de agricultores, em sua maioria mulheres que se dedicam essencialmente a manutenção da prática agrícola e a venda produtos in natura e processados nas Feiras da Roça. Essas feiras se localizam em vários municípios cortados pelo Arco Metropolitano e seus vizinhos e surgem como forma de resistência à dinâmica capitalista imposta pela construção

da infraestrutura visando fortalecer a cadeia produtiva e comercialização de produtos orgânicos. Além dessas ações descritas anteriormente, Nova Iguaçu conta com outras práticas agrícolas exercidas em áreas urbanas e periurbanas que além de dinamizar o ciclo econômico local, preserva e mantém vivos hábitos culturais que são parte da história de vida da sua população. Uma iniciativa para afirmação da agricultura familiar formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a Escolinha de Agroecologia, que vem capacitar e qualificar o agricultor familiar.

Além das zonas urbanas onde são desenvolvidas práticas de agricultura, Nova Iguaçu possui grandes zonas rurais e, de acordo com a EMATER, esses locais se concentram em torno das áreas de proteção ambiental, evitando que o processo de urbanização ascenda aos limites das áreas de preservação.

#### **4 | REESTRUTURAÇÃO RURAL DE NOVA IGUAÇU PÓS AMRJE INCONGRUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR**

Ao parecer do Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura surge para desenvolver de forma integrada todo o Estado do Rio de Janeiro. Integrar a zona rural de Nova Iguaçu significaria desenvolver o setor, incrementar a agricultura familiar e fazer com que a mesma suprisse uma grande parte da demanda por alimentos do Município, da rede escolar e possíveis expansões, fortalecendo a segurança alimentar da região. Ao contrário, com a implementação do AMRJ, a zona rural de Nova Iguaçu sofreu retaliação e ao invés da crescente no processo de re-ruralização, vem padecendo com grandes problemas trazidos e não levantados como possíveis impactos socioeconômicos no seu Plano Diretor.

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro teve sua ideia original no governo militar como um plano de desenvolvimento rodoviário estadual, porém neste período não ocorrendo maiores desdobramentos o projeto foi engavetado. O AMRJ é implantado no Rio de Janeiro no período de auge, onde o estado está recebendo uma sucessão de investimentos e estão em processo diversos empreendimentos, que de acordo com o PDAM superam a ordem de R\$59 bilhões. Neste contexto, o Arco permitiria a atração de novos investimentos para áreas ao seu redor, reduziria o fluxo de cargas nas grandes rodovias do estado e principalmente aproximaria o complexo portuário de Itaguaí ao COMPERJ em Itaboraí, além de favorecer outros estados ao redor do Rio de Janeiro, transformando este num mega polo logístico.

O PDAM previu um aumento de fluxos migratórios para áreas beneficiadas, atraídos pelos empregos gerados na obra de infraestrutura. Na redação, o plano é disposto como uma ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para as regiões que são englobadas direta e indiretamente pelo Arco, juntamente com projetos que complementam e integram favorecendo o desenvolvimento socioeconômico regional. “O Plano Diretor permitirá ao Governo do Rio de Janeiro a

efetiva coordenação do desenvolvimento sustentável de toda a área de influência do Arco Metropolitano.” (PDAM, pág. 2).

Conforme o mapa abaixo, o eixo rodoviário corta municípios e influencia diretamente outros.



Traçado do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e suas áreas de influência direta e indireta.

Fonte: PDAM

O Plano trata o município de Nova Iguaçu como um dos mais importantes centros de comércio e serviços, juntamente com o município de Duque de Caxias. No que concerne às áreas rurais, o PDAM trata com extrema superficialidade e as aponta como espaços de culturas sazonais de baixa importância para o município. As zonas rurais importantes para o município de Nova Iguaçu como Adrianópolis, Tinguá, Rio D'ouro, Marapicu, são abordadas pelo plano como localidades isoladas a serem impactadas pelo AMRJ através da reestruturação territorial com formação de novos bairros, alterando a dinâmica socioeconômica e resultando na necessidade de uma reorganização espacial e de sua população. A falta de propostas no PDAM para a área rural é notória.

Em decorrência do esgotamento e conseqüentemente valorização das terras ocupáveis na periferia direta da Cidade do Rio de Janeiro e dos municípios mais próximos da Baixada Fluminense, a periferia de municípios como Nova Iguaçu, Japeri, Duque de Caxias e Itaguaí, em zonas consideradas localmente como “rural”, é palco de um processo de ocupação intenso e contínuo, representado por novos bairros residenciais e zonas industriais; essa dinâmica tem alterado o mercado imobiliário local, com novos loteamentos, novas áreas de construção demandadas por infraestrutura etc. (PDAM, pág. 14).

## 5 | AGRICULTURA FAMILIAR: FAVORECIDOS OU DESFAVORECIDOS COM O AMRJ

Nova Iguaçu conta assentamentos e pequenas propriedades familiares. Em dados levantados junto a EMATER-RIO podemos verificar nas tabelas a fatia relativa a produção do município e comparando os anos de 2009 e 2015 (antes e depois da implantação do AMRJ). Comparando ao ano de 2009 não há significativas alterações,

mas se levarmos em conta o número de produtores é o segundo maior dos municípios cortados pelo Arco e não podem ser negligenciados.

MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (kg)
DUQUE DE CAXIAS	928,2	13.823.200,00
<b>NOVA IGUAÇU</b>	<b>664,2</b>	<b>8.433.051,00</b>

Resumo por municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2009 Rio de Janeiro

FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Rio de Janeiro, 2009, EMATER.

MUNICÍPIOS	Nº PRODUTORES	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PREÇO (R\$)	PRODUTIVIDADE (t/ha)	FATURAMENTO (R\$)
Duque de Caxias	412	18.213,31	1.081,61	1,66	16,84	30.285.758,80
<b>Nova Iguaçu</b>	<b>1.007</b>	<b>6.027,00</b>	<b>685,2</b>	<b>1,31</b>	<b>8,8</b>	<b>7.904.920,00</b>

Resumo por municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2015 Rio de Janeiro

FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola-ASP, RJ, 2015, EMATER.

Ao abordar os feirantes e conseqüentemente agricultores familiares na Feira da Roça, de forma geral, atribuíram ao Arco Metropolitano um beneficiamento à dinâmica no transporte, pois alguns atores residem em municípios próximos, porém seus sítios (produção) ficam localizados em Nova Iguaçu ou vice e versa. Nesse sentido utilizam o Arco para se deslocar e chegar de um ponto a outro com mais rapidez. Em todas as conversas e entrevistas com os agricultores/comerciantes da Feira da Roça (16 barracas presentes), houve relatos do aumento substancial da violência, assaltos e invasões a propriedades, que anteriormente a implantação do Arco mal eram diagnosticadas.

Em diálogo com a EMATER e AS-PTA, eventos jamais mencionados em reportagens ou até mesmo no PDAM, como o traçado do AMRJ cortando assentamentos rurais, desmembrando parte dos sítios e em um caso mais complexo um assentamento na área do Município de Seropédica que já sofria com a fragmentação, se findou após a implantação do Arco. Pequenos agricultores indenizados saíram do município de Nova Iguaçu, uns em direção a outras áreas rurais mais interiores e outros se encaminhando para comunidades carentes do município ou de municípios vizinhos. O processo intenso de favelização que algumas áreas sofreram foram acentuados com projetos de “combate ao crime” na RMRJ e novamente acentuaram as transformações ocorridas e contribuíram para o aumento da violência em áreas antes tidas como tranquilas. Além de toda a problemática de segregação, violência e esquecimento, outro grande problema relatado foi o escoamento das águas pluviais no Arco: a obra colocou o AMRJ em um nível mais elevado que as propriedades, sem a distribuição do escoamento das águas para a rede de esgoto. Em períodos de fortes chuvas essas propriedades próximas à infraestrutura sofrem com alagamento, ficando inundadas e



comprometendo a produção e a integridade dos moradores.

De uma forma geral o desinteresse político e a falta de perspectiva dos atores envolvidos nas áreas rurais é muito grande. A expansão urbana entrou com força total nas zonas rurais, ameaçando agricultores e o trabalho de anos da EMATER, CPT e de outros atores que atuam juntos para dar visibilidade a essas populações. A luta pela terra e as conquistas dos assentados e pequenos agricultores fazem com que essa parte da população permaneça em suas propriedades em um contínuo embate com a hegemonia do capital financeiro e seus objetivos que fragmentam, segregam e excluem.

## 6 | CONCLUSÃO

Tendo em vista os levantamentos bibliográficos e as pesquisas de campo realizadas no decorrer deste trabalho, se percebe como foi dada a reestruturação do território e o desenvolvimento agrário das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu antes e depois da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. A agricultura familiar vem resistindo bravamente ao processo de desruralização acarretado pela metropolização do município e pela dinâmica de territorialização do capital praticada por interesses hegemônicos. O processo de metropolização em curso no território trouxe intensos problemas às zonas rurais como: violência, segregação, falta de interesse político nas áreas, a valorização de terras e conseqüentemente a especulação imobiliária.

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro implantado e muitas incertezas quanto ao desenvolvimento agrário de Nova Iguaçu e de outros municípios influenciados direta ou indiretamente por ele. Como o Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro não trata especificamente de zonas rurais e muito pelo contrário, as trata como vazios urbanos ou até mesmo de agricultura inexpressiva, recaiu para os municípios um olhar mais atento e para o suporte à essas áreas.

Se torna iminente a revitalização do rural, a recriação desses espaços através de incentivos a produção de alimentos, o fomento de hibridismo nas zonas rurais e um direcionamento para a segurança alimentar. Mesmo com pouco suporte, porém de infinito valor que esses atores tem atualmente, a resistência tem se mantido grande. Ao terminar este trabalho, é dado conta que ainda há muito mais a se explorar com a problematização questionada, tanto em territórios próximos quanto a outras questões.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. **A evolução do espaço agrário fluminense**. Revista GEOgraphia, vol. 7, nº13, páginas 49-70, UFF, Rio de Janeiro, 2005.

EMATER Rio, **Agropecuária e área rural em Nova Iguaçu**. Disponível em: < [http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao\\_agropecuaria\\_nova\\_iguacu.pdf](http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao_agropecuaria_nova_iguacu.pdf)> Acesso em: 19 outubro de 2016.

LENCIONI, Sandra. **Da Metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo.** PEREIRA, Paulo César Xavier & HIDALGO, Rodrigo. Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina. Santiago: PUC-Chile, p. 41-54, 2008.

**Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011

RUA, J. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades.** Revista Geografia Agraria, vol.1, nº1, págs. 82-106, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

SANTOS, M. **O retorno do território.** En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOUZA, T. R. **O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** USP, São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: [gustavo.cepolini@unimontes.br](mailto:gustavo.cepolini@unimontes.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368